

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo

Paulo André Niederle
Fabiano Escher
Marcelo Antonio Conterato

Introdução

O processo de diferenciação social na agricultura sempre constituiu um dos temas centrais do debate agrário (Neves, 1985). No entanto, com frequência esta noção foi paradoxalmente utilizada para elucidar um suposto processo linear de homogeneização, resultado esperado, por exemplo, das políticas de modernização conservadora da agricultura levadas a cabo a partir dos anos 1960. De outro modo, a história recente revelou que a modernização da agricultura e os processos de mercantilização e externalização sobre os quais ela se fundou, acabaram por produzir uma notável diversidade e diferenciação social, fenômenos que no caso brasileiro ainda merecem um olhar mais atento por parte dos pesquisadores. Os estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento rural passaram a revisitar estas questões, agora na perspectiva de uma nova agenda de pesquisa sobre os fatores que determinam a heterogeneidade da agricultura e suas implicações à estruturação de políticas públicas (Schneider, 2009; Gasques, Vieira Filho e Navarro, 2010; Buainain e Dedecca, 2010).

Durante os anos 1990, a discussão em torno dessa questão foi suscitada, e ao mesmo tempo obstada, pela contraposição estabelecida entre campesinato e agricultura familiar, deixando erroneamente de observar práticas e processos de desenvolvimento rural que foram fundamentais para definir as formas de agricultura atualmente existentes no Brasil e as definições normativas que estas carregam. A incorporação da agricultura familiar enquanto categoria sociopolítica ocasionou uma virada fundamental nos estudos rurais, que, até então, se conservavam eminentemente centrados na questão agrária (Abramovay, 1998; Veiga, 1991). Temas como pluriatividade, agroindustrialização, multifuncionalidade, território e participação social provocaram um verdadeiro renascimento teórico do rural (Kayser, 1990), e passaram a constituir explicações mais amplas não apenas para a manutenção das formas familiares de produção, mas também para a crescente diversidade que compõe o mundo rural. Contudo, muitas abordagens continuaram reproduzindo uma dicotomia pouco evidente entre campesinato e agricultura familiar, quase sempre pautando os processos sociais que levariam à metamorfose de uma forma social para a outra.

Ao mesmo tempo, consolidaram-se as primeiras tipologias para representar a diferenciação interna da agricultura familiar, como aquela produzida pelo Relatório FAO/INCRA (1994) – reproduzida recentemente para análise dos dados censitários de 2006 (Guanziroli, Buainain e DiSabatto, 2012) – que, a partir de uma diferenciação entre estabelecimentos rurais consolidados, em transição e periféricos, influenciou decisivamente a produção de políticas públicas para esse segmento, em particular a formatação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).¹ Mais tarde o próprio Pronaf acabaria tornando-se uma expressão da heterogeneidade da agricultura familiar, incorporando diferentes linhas de financiamento com vistas a facilitar o ingresso no programa de grupos sociais cujas especificidades impedem uma vinculação precisa com a noção corrente de agricultura familiar (Grisa, 2012; Leite e Wesz Junior, 2010). Nos últimos anos, as lutas por reconhecimento empreendidas por esses grupos foram determinantes para solidificar a compreensão de um rural plural, povoado por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, lavradores, colonos, sitiantes, parceiros, pescadores, seringueiros, caiçaras, roceiros, arrendatários, moradores, neorurais e uma extensa gama de grupos identitários disseminados pelo território nacional.

Por outro lado, a aglutinação desses inúmeros segmentos sob o grande guarda-chuva normativo criado para a “agricultura familiar”, contribuiu para consolidar outra dicotomia, agora em relação ao chamado “agronegócio”,

¹ Cabe ressaltar também o estudo referencial coordenado por Lamarche (1993).

cuja representação emergente unificou grupos sociais igualmente heterogêneos: patronato rural, empresários rurais, fazendeiros, ruralistas, estancieiros e, inclusive, empresas transnacionais dos setores de sementes, agrotóxicos e biotecnologias. O resultado foi a petrificação de duas categorias políticas que passaram a disputar as estratégias de desenvolvimento rural, institucionalizando suas diferenças em dois ministérios para tratar das questões agrícolas e rurais, que, diga-se de passagem, muitas vezes mais aproximavam do que distanciavam tais categorias: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) focalizando as políticas do agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tratando das ações para a agricultura familiar, reforma agrária e outros públicos específicos. Novamente, contudo, a diversidade é preterida em prol de uma representação de cada uma dessas categorias, o que facilita a ação política, mas, quando incorporada aos modelos analíticos, encontra limites evidentes para explicar a realidade empírica do meio rural, que é muito mais heterogênea, diversa e multifacetada.²

Os limites analíticos que essas categorias impõem à análise social incitam a construção de inúmeras proposições teórico-metodológicas que visam compreender a diversidade do rural contemporâneo. Dentre os estudos recentes encontram-se modelos centrados em variáveis econômico-produtivas que tentam dar conta da “heterogeneidade estrutural” da agricultura brasileira (Santos e Vieira Filho, 2012). Com frequência o reconhecimento dessa heterogeneidade tem servido para justificar o uso diferenciado de políticas agrícolas e tecnológicas para agricultores com capacidade de resposta produtiva, e políticas sociais para agricultores pobres que aguardam a inevitabilidade do seu desaparecimento. Expressa com eloquência em um artigo recente de Alves e Rocha (2010), essa perspectiva afirma a necessidade de políticas sociais “para ganhar tempo” até que o meio rural seja finalmente povoado apenas por uma classe de agricultores com condições estruturais para competir nos mercados agrícolas. Ao fim e ao cabo, nessa perspectiva a heterogeneidade é novamente concebida como um resquício do passado que poderia ser superado por um novo surto de modernização. Ou talvez, na melhor das hipóteses, na reificação de estruturas sociais, resultado da imperfeição ou incompletude dos mercados

² De certo modo, a própria representação emergente de uma “classe média rural” (Neri, Melo e Monte, 2012) oferece sustentação política para o reconhecimento de segmentos sociais que se tornaram invisíveis na contraposição entre agricultura familiar e agronegócio. Atualmente, a disputa desse segmento tornou-se um fator decisivo para a consolidação de distintas compreensões sobre o papel do rural na sociedade brasileira (Picolotto, 2012). Há novamente o risco, contudo, de diluir a heterogeneidade em prol de uma representação unificada de um novo segmento que reivindica outra estratégia para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

globais acionados por agricultores que se diferenciariam em função da capacidade de reduzir custos de produção e transação em estruturas extremamente hierarquizadas capazes inclusive de moldar padrões de consumo.

As questões acima referidas serviram de estímulo para a reflexão sobre proposições analíticas para o escrutínio da diversidade de formas sociais de produção no meio rural que evitem as armadilhas impostas pelas definições político-normativas. O capítulo analisa uma abordagem com um forte viés socioeconômico e institucionalista articulada em torno da noção de “estilos de agricultura”. Originalmente desenvolvida por Hofstee (1946), em *The Causes of Diversity in Dutch Agriculture*, na década de 1990 esta noção foi retomada por Jan Douwe van der Ploeg e colegas da Universidade de Wageningen (Holanda) para fundamentar um modelo de análise dos fatores da diversidade da agricultura europeia. Sua proliferação fez, todavia, com que surgissem várias reformulações face à definição inicial, formatando um conceito definido e ilustrado desde vários aspectos analíticos e também normativos e com inúmeras formas de operacionalização (Ploeg, 2008; Vanclay et al., 2006; Commandeur, 2003; Fairweather e Klonsky, 2009; Brodt, Klonsky e Tourte, 2006). Nosso objetivo é explorar o potencial desse conceito à análise da diversidade do meio rural.

Para tanto, o conteúdo está organizado em quatro seções além dessa introdução. Na primeira seção discutimos a produção da diversidade em vista dos processos de mercantilização e modernização da agricultura. Em seguida, apresentamos uma espécie de genealogia da noção de estilos de agricultura, apontando para as múltiplas dimensões que o conceito pretende abarcar. A terceira seção exemplifica os usos possíveis dessa noção na construção de metodologias que buscam aferir a heterogeneidade das formas de produção no meio rural. O capítulo encerra com breves considerações sobre as perspectivas e os limites dessas metodologias.

Agricultura familiar e mercantilização: a contribuição neomarxista e além

Desde os esparços escritos de Marx (1978) sobre os camponeses e a renda da terra, os estudos marxistas sobre o mundo rural, tratados à época como a “questão agrária”, consistiram em investigar as transformações nas formas de propriedade da terra e, como consequência, as transformações na estrutura de classes decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do processo de acumulação de capital e suas consequências na agricultura. Os autores marxistas se preocuparam em mostrar como, nestes processos, deter-

minadas formas sociais são superadas ou eliminadas com o avanço da divisão social do trabalho e como novas formas emergem em seu lugar. Primeiramente nos países de capitalismo avançado e depois naqueles de capitalismo tardio, os processos históricos de industrialização e urbanização foram modificando profundamente as estruturas e dinâmicas socioeconômicas, demográficas e espaciais das regiões e localidades. Contudo, as teses clássicas de Lênin (1988) sobre a diferenciação social, que levaria a desagregação do campesinato e a sua transformação em capitalistas agrários ou em proletários, e de Kautsky (1986) sobre a superioridade técnica da grande exploração tipicamente capitalista, não vieram a se confirmar de forma absoluta, embora ressaltem aspectos ainda atuais.

A partir deste debate clássico, ainda com surpreendente expressão nos campos político e acadêmico, avançou-se para um entendimento de que a expansão das relações capitalistas de produção e a mercantilização da agricultura e do espaço rural não implicaram em processos homogeneizantes e lineares, mas em uma diversidade de padrões tecnológicos e institucionais de organização do trabalho e da produção, de inserção nos mercados e de representação ideológica. Essa compreensão paulatinamente ganha espaço acadêmico e expressa interessante potencial de aportar avanços nas formas de apreensão, análise e intervenção em ações em prol do desenvolvimento rural.

Em meados da década de 1970, essa questão foi retomada em um debate entre autores neomarxistas norte-americanos e ingleses no âmbito da chamada Sociologia da Agricultura (Buttel, Larson e Gillespie Jr., 1991; Schneider, 1997). Um primeiro conjunto de contribuições partiu da análise dos “obstáculos ao desenvolvimento capitalista na agricultura”. Nesse sentido, Mann e Dickinson (1978) sustentam que a persistência de formas não propriamente capitalistas de produção deve-se à incapacidade da produção capitalista em superar os limites impostos pela natureza, os quais geram obstáculos ao progresso tecnológico. Por sua vez, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) alertam que os capitais agroindustriais procuram eliminar riscos, incertezas e discontinuidades dos processos naturais por meio de processos de *apropriacionismo* e *substitucionismo*, os quais não se revelam, contudo, suficientes para promover uma completa industrialização da agricultura.

Um segundo conjunto de contribuições associou-se à análise das especificidades das relações sociais engendradas na agricultura, resignificando o conceito de “produção simples de mercadorias” utilizado originalmente por Marx (1982) para caracterizar a produção mercantil pré-capitalista que se integrava de modo apenas parcial à nova divisão social do trabalho e aos circuitos de produção e realização do valor. Os principais autores dessa vertente foram

Friedmann (1978a, 1978b e 1986) e Bernstein (1979 e 1986). Friedmann procura conciliar ao referido conceito marxiano variáveis chayanovianas como ciclo demográfico e relações de parentesco, sustentando a perspectiva de que a reprodução das formas familiares de produção advém do modo como combinam a propriedade da empresa e a provisão do trabalho, característica que se torna ainda mais relevante sob condições de plena inserção nos mercados, em uma economia plenamente monetizada. Por sua vez, Bernstein sustenta que para as unidades familiares produtoras de mercadorias não há possibilidade de distintos “graus de mercantilização”, mas apenas uma completa integração aos mercados – adequada aos critérios de especialização e competitividade –, o que incorre em uma mercantilização completa, inexorável e irreversível.

Na medida em que estes autores analisam as posições de classe dos “pequenos produtores de mercadorias (PPM)” ou “produtores simples de mercadorias (PSM)” de uma maneira muito rígida – em termos de relações de exploração baseadas na produção e apropriação do valor excedente no processo de acumulação de capital –, os agricultores tendem a ser tratados como uma forma homogênea no que tange ao modo como se inserem nas estruturas de classe e nas estruturas de mercado de uma determinada formação socioeconômica. Por isso, apesar de reconhecidos avanços, o potencial analítico desses enfoques começou a perder força desde meados dos anos 1980, em virtude de reproduzirem análises centradas em modelos excessivamente estruturais e um tanto lineares e homogeneizantes, onde a mudança social é vista fundamentalmente a partir da intervenção de forças externas (em modelos únicos e homogeneizantes de mercado e de estado).

É verdade que, à medida que a organização do trabalho e da produção na agricultura passa a ser submetida a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que, gradativamente, compromete várias das características não capitalistas das formas sociais presentes no meio rural, o que, por sua vez, afeta aspectos da cultura e da sociabilidade dos grupos sociais, ocasionando “metamorfoses” no próprio modo de vida dos agricultores. Deste modo, a mercantilização adentra as mais distintas esferas de relações sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem, valores mercantis que passam a concorrer com outros valores na orientação das ideias e racionalidades e das ações e práticas dos agricultores.

Esse processo de mercantilização pode ser caracterizado pela ampliação das relações de troca, decorrentes da complexificação da divisão social do trabalho, em uma sociedade crescentemente organizada sob o predomínio da produção de bens e serviços cuja circulação ocorre através do intercâmbio mercantil. Neste processo, os agricultores inserem-se em diferentes mercados

e, assim, integram-se à dinâmica da economia capitalista. Entretanto, a mercantilização não é um processo linear e previsível capaz de definir de antemão que uma forma social de produção tenha sua manifestação social e econômica estruturalmente determinada. Trata-se de um processo histórico controverso que envolve disputas entre os agricultores, determinadas frações do capital e o Estado acerca do controle dos recursos produtivos e, assim, dos próprios mercados em que interagem. Em algumas situações, a mercantilização pode inclusive ser decorrência de uma ação deliberada dos próprios agricultores com vistas a prover maior autonomia em face de outras formas de dominação tradicionais que historicamente se perpetuaram fora das estruturas do mercado capitalista (clientelismo, coronelismo, etc.).

Com vistas a rediscutir a complexidade desse processo, autores como Long e Ploeg (1994), ligados ao que posteriormente veio a denominar-se Perspectiva Orientada aos Atores, operaram uma ressignificação das categorias neomarxistas anteriormente citadas, mas recolocando na cena sociológica a capacidade de “agência” dos agricultores. Inicialmente, Ploeg (1992) propõe a possibilidade de mensurar distintos “graus de mercantilização” a partir da proporção entre o *quantum* de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos mercados e os valores de uso reproduzidos internamente à unidade de produção. Ao fazê-lo, o autor reconhece que a resiliência dessas formas sociais pode estar associada à possibilidade dos agricultores desenvolverem estratégias de resistência ao intercâmbio mercantil e a subsunção ao capital, mobilizando um amplo repertório de recursos fora dos mercados e um conjunto de interações baseadas no princípio da reciprocidade, em relação à natureza e outras coletividades humanas, abrindo “espaços de manobra” para manter e ampliar a sua autonomia.

Ao mesmo tempo, Ploeg (2009) propõe uma abordagem que permite avançar na superação das oposições entre campesinato e agricultura familiar, oferecendo substância analítica para estudar essas distintas categorias sociais do meio rural brasileiro. Em um esforço para compreender a heterogeneidade estrutural das formas de produção no meio rural, além das formas empresariais, corporativas ou capitalistas, baseadas na exploração do trabalho e orientadas ao lucro no sentido da acumulação, o autor sustenta a existência de dois outros “modos de fazer agricultura”, ambos abarcados pela noção corrente de agricultura familiar: a “forma camponesa” e a “forma empresarial”. Segundo Ploeg (2009, p. 16), “a essência e as principais diferenças entre [ambas], não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação do valor são ordenadas”. Retornando aos conceitos neomarxistas, enquanto

na forma camponesa os agricultores podem ser caracterizados como “pequenos produtores de mercadorias”, na forma empresarial estes se definem como “produtores simples de mercadorias”. No entanto, o autor não utiliza esses conceitos com o intuito de estabelecer uma classificação rígida dessas formas sociais, ou para representar uma determinada realidade por meio da distinção reificada entre duas formas de fazer agricultura. O intuito é fornecer uma caracterização de duas vias históricas típicas de desenvolvimento da agricultura diante dos processos de mercantilização, visto que as expressões que a agricultura familiar assume concretamente não são manifestações puras resultantes de uma via ou de outra.

Finalmente, cabe citar, mesmo que de maneira breve, os mecanismos através dos quais são dinamizados os processos de mercantilização que, especialmente no caso brasileiro, estão na base das transformações tecnológicas e institucionais que se convencionou chamar de “modernização da agricultura”, sob a égide do modelo da “Revolução Verde”. De acordo com Long (2001), frequentemente a mercantilização da agricultura envolve ainda três processos interconectados. Em primeiro lugar, um processo de “externalização” do processo de produção através do qual ocorre a transferência do controle de tarefas, recursos e atividades produtivas, até então exercido pelos próprios agricultores, para agentes externos, de maneira que os processos não podem se reproduzir fora do alcance do capital. Assim, as práticas e rotinas são modificadas por controles externos, alterando a autonomia relativa das unidades de produção e transformando suas condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de reprodução social. Articulado a isto, a “cientificação” dos processos de produção incrementa a geração e incorporação de tecnologias exógenas que aumentam o controle do processo de trabalho agrícola e da natureza por “agentes externos”. E, finalmente, a “centralização estatal” da agricultura, num processo onde diversas instituições (crédito, P&D, extensão rural) se ocupam de coordenar os conflitos de interesse e mediar as decisões coletivas concernentes à produção agropecuária e à dinâmica dos espaços rurais, especialmente através de políticas públicas de caráter setorial, mas não somente.

Estilos de agricultura: origens e desenvolvimento da abordagem

Os efeitos que a mercantilização traz consigo não podem ser apreendidos genericamente, de modo que a diversidade das formas de agricultura emerge como símbolos das desuniformidades que caracterizam este processo. Mas é

necessário criar instrumentos analíticos para apreender esta diversidade. A abordagem dos “estilos de agricultura” apresenta uma proposta promissora para analisá-la sem incorrer nos reducionismos presentes, por um lado, em estudos generalistas que, ancorando-se em termos como agricultura familiar ou agronegócio, apresentam explicações macroestruturais que encobrem as heterogeneidades internas a esses grupos, e, por outro lado, em estudos particularistas que visualizam cada unidade de produção como um universo ímpar de relações sociais.

Explorar as contradições e heterogeneidades das relações entre os agricultores e os mercados impõe recorrer a uma complexa dialética que impede tanto o recurso a reducionismos metodológicos (seja estruturalistas ou individualistas) quanto o estabelecimento de associações lineares entre determinado grau de mercantilização e um estilo de agricultura específico. Como demonstram Long e Ploeg (1994), ainda que existam nítidas interrelações entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais, é impossível conceber uma tendência unilinear na qual os estilos emergem como efeitos diretos de causas particulares.

Seguramente, nas situações em que a mercantilização reflete a inserção em mercados globais de *commodities* agrícolas é razoável imaginar que ela procure subordinar os discursos e as práticas dos agricultores a um regime sociotécnico dominante. Contudo, mesmo onde este processo apresenta-se intensamente desenvolvido, não conseguiu impor que a única alternativa esteja entre se adaptar ou desaparecer (Niederle, 2007; Conterato et al., 2010; Escher, 2011). Os agricultores possuem um papel ativo, ora ampliando e aprofundando, ora resistindo e transformando as formas de inserção subordinada ao mercado. Eles estabelecem comportamentos diversos frente a condições estruturais relativamente homogêneas, a partir dos quais são estruturadas estratégias variadas. Assim, “novos estilos de agricultura emergem da capacidade de resistência contida dentro da agricultura. Os agricultores usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas face ao projeto dominante de modernização” (Ploeg, 2008, p. 115).

Inicialmente, a noção de estilos de agricultura esteve articulada às dimensões da cultura e da localidade, representando “um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos e experiências portados por um grupo de agricultores em uma região específica” (Ploeg, 1994, p. 17). Essa construção esteve articulada às diferenças interregionais da agricultura europeia. Contudo, à medida que se tornou evidente a heterogeneidade no seio de uma mesma localidade, estilos de agricultura tornaram-se principalmente um

fenômeno intrarregional sendo referidos, primeiramente, às distintas lógicas produtivas dos estabelecimentos rurais, em uma perspectiva mais diretamente orientada aos atores, seus projetos e suas estratégias (Ploeg, 2008).³

A rigor, a noção de “estilos de agricultura” revela-se uma categoria polisêmica que busca representar um conjunto de práticas e ideias normativas em relação ao modo como as unidades de produção são estruturadas. Um estilo envolve um modo específico de estruturação das relações sociais de produção onde as práticas são associadas a um repertório de valores culturais expresso em normas, regras e convenções compartilhadas, o qual, por sua vez, é constantemente testado, desafiado e reafirmado pelas práticas. A partir dessa definição reconhecidamente abrangente, desenha-se um quadro de análise que focaliza três aspectos fundamentais: (a) um conjunto de noções estratégicas, valores, normas e percepções que os agricultores utilizam para organizar as unidades de produção; (b) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde a uma noção estratégica de repertório cultural; e (c) um conjunto determinado de interrelações entre as unidades de produção e os mercados (Ploeg, 1992). Esses três componentes (hábitos, práticas e mercados) têm estado presentes em praticamente todo o desenvolvimento das discussões metodológicas a respeito da identificação de diferentes estilos de agricultura, orientando a construção de variáveis e modelos para o escrutínio da diversidade do meio rural (Howden e Vanclay, 2000).

Não obstante, tendo em vista o caráter multidimensional da definição, ela passou a ser concebida de diversas maneiras a partir do “ponto de entrada” dos pesquisadores. Assim, Vanclay et al. (2006, p. 73) sustentam a possibilidade de perceber estilos de agricultura como “um conjunto de estratégias para a agricultura (cursos de ação para sobreviver), onde uma estratégia refere-se a um conjunto de guias práticos e/ou racionalidades para tomar decisões de acordo com uma situação particular”. Neste caso, estilos e estratégias vinculam-se a uma espécie de lógica reprodutiva, a qual pode ser investigada em termos de um *calculus*, isto é, uma gramática que estrutura os processos de tomada de decisão nas unidades de produção (Ploeg, 2008).

Similarmente, em um texto anterior, Howden e Vanclay (2000, p. 295) sustentam que “vários estilos de agricultura em uma região representam um repertório de visões de mundo e estratégias possíveis”. De fato, em uma perspectiva eminentemente orientada aos atores, o conceito de estratégia é

³ Não será desenvolvida aqui uma análise detalhada das divergências teóricas e metodológicas entre autores em relação à noção de estilos de agricultura. O artigo de Vanclay et al. (2006) caminha nesta direção e oferece ao leitor suas posições sobre as principais questões em discussão.

inseparável da noção de agência humana. As estratégias representam projetos específicos e, conforme Schneider (2009, p. 108), apresentam-se justamente como uma “ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro *versus* macro.” As estratégias relacionam-se a uma lógica reprodutiva que passa a compor a coluna vertebral de um estilo de agricultura.

Esta lógica é condicionada por relações sociais específicas. As estratégias são formadas nos limites dos condicionantes institucionais que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, “estilos são criados, não somente através de dinâmicas socioculturais, mas também como resposta a forças estruturais – diferentes estilos existem para diferentes situações de mercado dos diferentes agricultores” (Vanclay et al., 2006, p. 63). Tal assertiva reforça a vinculação estreita entre as características da agricultura e as estruturas sociais, econômicas e culturais existentes em determinados recortes empíricos e temporais. Economias locais e regionais dinâmicas são fundamentais na constituição de formas dinâmicas de agricultura, ampliando o leque de vinculações desta para além dos mercados de produtos e serviços agropecuários, ganhando terreno vinculações aos mercados de trabalho não agrícola e também formas diversas de agregação de valor e múltiplos usos do rural.

O reconhecimento das múltiplas estratégias e lógicas reprodutivas não resolve, contudo, o problema da construção de representações coerentes que possam ser expressas em termos de um estilo de fazer agricultura. Para tanto, inicialmente Ploeg (1994) propõe tipologias em uma perspectiva eminentemente hermenêutica, com categorias representacionais que focalizam os discursos dos agricultores em relação a si mesmos e aos demais. Este tipo de opção metodológica gerou oposições em virtude da constatação de que os discursos dos atores sociais são sempre parciais e, não raro, contraditórios na sua interligação com as práticas (Whatmore, 1994). Com vistas a testar esse tipo de proposição metodológica Howden e Vanclay (2000) identificaram estilos de agricultura a partir dos discursos e categorias referidos por agricultores australianos e, quando lhes apresentaram a classificação daí originada, perceberam que eles mesmos não conseguiam se enquadrar em qualquer estilo. Disso os autores concluem que os estilos de agricultura são uma construção mais intelectual do que social. “Estilos não são reais, tangíveis e descritivamente identificáveis; ao invés disso, eles são um instrumento heurístico” (Vanclay et al., 2006, p. 79).

Em outro momento, quiçá procurando responder as críticas, Ploeg (2008) complementa as tipologias baseadas em categorias representacionais com uma abordagem em termos de redes sociotécnicas. Neste caso, estilos de

agricultura emergem como estruturações específicas de redes que articulam atores e objetos, onde o elemento diferenciador entre os estilos reside no modo como são ordenados e interagem os diferentes *actantes* da rede. Em alguns casos, essas formas de ordenação revelam estilos muito próximos ao regime sociotécnico dominante na agricultura moderna (em termos de uma crescente mercantilização, externalização e cientificação), enquanto outros estabelecem mecanismos alternativos com potencial de produzir novidades (*novelties*) que sustentam formas mais autônomas de agricultura.

Em todo caso, seja centrando-se na pluralidade de estratégias criadas pelos agricultores, seja coletando categorias êmicas que expressem as representações dos próprios agricultores sobre suas condições, ou ainda apoiando na cartografia de distintas redes sociotécnicas, é difícil estabelecer tipologias “realistas” de estilos de agricultura, as quais, conforme define Whatmore (1994), procuram desvendar tendências coerentes de relações econômicas e sociais entre o objeto de estudo e seu contexto estrutural. Para a autora, a construção dessas tipologias depende da possibilidade de operar a construção de um esquema classificatório onde despontam algumas variáveis (utilizadas geralmente para caracterizar o grau de mercantilização) relacionadas causal e estruturalmente a determinados fenômenos sociais objetos de investigação. Esta não é, contudo, uma opção menos arriscada, uma vez que pode dissolver a diversidade em prol de uma representação aparentemente coerente de processos sociais contraditórios.

Estilos de agricultura: aplicações e operacionalização na pesquisa empírica

Nenhum instrumento analítico conhecido permite tecer afirmações categóricas a respeito dos fatores que definem a complexidade do rural e da agricultura em todas as suas dimensões, ou mesmo sobre as inúmeras causas que afetam os processos de mudança social em diferentes contextos espaciais e temporais. Por conta disso, os pesquisadores são desafiados a construir modelos dinâmicos capazes de retratar dimensões específicas dos processos sociais mais relevantes. Isso não é diferente com o conjunto de estudos que se utilizam da noção de estilos de agricultura. Sem intenção de abarcar a ampla variedade de modelos que vêm sendo utilizados para representar diferentes estilos, nessa seção apresentamos algumas opções teórico-metodológicas que foram objeto de aplicação em pesquisas empíricas recentes, e que se apresentam como desdobramentos das discussões acima referidas. Esses modelos podem

oferecer uma contribuição importante aos estudos que se voltam ao escrutínio da diversidade do mundo rural.

Uma primeira forma de operacionalização é aquela que vincula os estilos de agricultura ao repertório de estratégias criadas pelos agricultores. Essa abordagem foi utilizada por Niederle (2007) para analisar a diferenciação nas lógicas produtivas de agricultores familiares inseridos em um território do Brasil meridional fortemente marcado pelo processo de modernização, o qual tornou a produção de *commodities* agrícolas o eixo de desenvolvimento do meio rural. Para diferenciar padrões de desenvolvimento, o autor associa distintos estilos de agricultura a múltiplas estratégias reprodutivas, demonstrando que, mesmo em contextos altamente modernizados (mercantilização, externalização, cientificização) alguns estilos revelam a capacidade dos agricultores em encontrar espaços para arquitetar novos mecanismos de reprodução social, articulando formas inovadoras de internalização de recursos (produção para autoconsumo), agregação de valor (agroindustrialização) e atividades não agrícolas (pluriatividade). Ao mesmo tempo, revela que, em determinadas situações, a inserção aos mercados não possui necessariamente efeitos corrosivos sobre a base autônoma de recursos das unidades familiares, uma vez que esta interação pode se dar em um nível diferenciado, a partir, por exemplo, da construção de circuitos curtos de comercialização para produtos de qualidade diferenciada (Schneider e Niederle, 2010).

A escolha deste tipo de entrada metodológica permite focalizar as lógicas individuais e familiares, confrontando as práticas e os discursos utilizados para justificá-las. Ao analisar as estratégias é possível olhar mais detidamente o conjunto de interações sociotécnicas que viabilizam distintas trajetórias de desenvolvimento rural, as quais se cristalizam em diferentes estilos. Contudo, o foco nas estratégias dificulta avançar em uma representação coerente dos estilos de agricultura, pelo menos no que tange à construção de tipologias das unidades de produção. De outro modo, nesse caso as tipologias concentram-se nas próprias estratégias (reativas ou adaptativas) desenvolvidas por diferentes unidades de produção, sem uma correspondência exata entre um estilo e uma determinada estratégia.

Uma segunda vertente de análise pode ser associada às pesquisas de Fairweather que retomam a perspectiva hermenêutica inicialmente desenhada por Ploeg, mas acrescentam um conjunto de técnicas de pesquisa retiradas da psicologia social, em particular a chamada Metodologia Q, desenvolvida inicialmente por Stephenson (1953). Amplamente incorporada nos estudos voltados à investigação da subjetividade humana, essa metodologia combina elementos de análise qualitativa e quantitativa. Operacionalmente, trata-se

do ranqueamento de opiniões por meio de análise fatorial, o que, segundo Fairweather e Klonsky (2009), permite documentar diferentes tendências de comportamento à medida que torna passível de mensuração a subjetividade dos grupos sociais. Aplicada em pesquisas na Nova Zelândia (Fairweather e Keating, 1994) e nos Estados Unidos (Brodt et al., 2006), esta metodologia abriu caminho para estudos que buscam prover mecanismos para identificar padrões de subjetividade, os quais podem ser referidos como “tipos” e que, nos termos em que opera o debate, são compreendidos como estilos.

Fairweather e Klonsky (2009) sustentam que o uso desse tipo de metodologia permite construir uma abordagem que, mesmo não sendo eminentemente participativa, é diretamente informada pelos agricultores, isto é, pelo modo como esses representam suas práticas e suas relações com o mundo. Os estilos expressam padrões de concordância entre os agricultores acerca de diferentes visões sobre o modo de fazer agricultura. Esses pontos de vista abarcam uma complexa interação entre objetivos, estratégias e interesses, os quais identificam um estilo de agricultura diferenciado. Isso necessariamente envolve julgamentos morais acerca do que os agricultores consideram como sendo “o melhor modo de organizar suas unidades de produção e a vida social”, o que é resultado de uma complexa teia de relações mediadas por elementos materiais e simbólicos.

Um terceiro conjunto de estudos está relacionado a modelos que utilizam estatística multivariada com dados quantitativos. No Brasil, Conterato (2008) e Escher (2011) utilizaram a análise fatorial e de *cluster* para o estudo dos estilos de agricultura. A partir de dados quantitativos, o agrupamento de *clusters* busca reunir e classificar os casos (unidades de produção) em grupos, a partir de informações sobre as medidas de um conjunto de variáveis, características ou atributos de cada caso. O objetivo é identificar grupos homogêneos por meio de um procedimento classificatório que põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. Os agrupamentos resultantes apresentam alta homogeneidade interna (entre os casos de um mesmo *cluster*) e alta heterogeneidade externa (entre os casos de *clusters* distintos).

Conterato (2008) aplica análise fatorial em um total de 67 variáveis que formam 17 fatores. A partir disso, o autor define sete dimensões de análise (estrutura fundiária e uso da terra; unidade doméstica, demografia e escolaridade; trabalho e meios de produção; mercantilização, externalização e dependência; produção, mercados e autonomia; rendimento e remuneração; distribuição proporcional da renda total) com 27 variáveis, que explicam mais de 80% da variância entre os casos. Por sua vez, Escher (2011) adapta essa metodologia adicionando ainda uma variável referente a “instituições e sociabilidade”,

contabilizando um total de 33 variáveis explicativas. Em relação à construção original de Conterato (2008), Escher (2011) busca ainda incluir variáveis compostas, sempre que possível e conveniente, bem como variáveis qualitativas relativas à participação, determinantes do voto, confiança, motivações e representações do rural. Todavia, apesar dessas variáveis “comportamentais” contribuírem para a caracterização dos tipos, os resultados encontrados pelo autor revelam o predomínio dos fatores socioeconômicos para explicar a variabilidade entre os casos analisados.

Ambos os autores encontraram representações coerentes da diversidade da agricultura familiar em seus trabalhos. A pesquisa de Conterato (2008) em diferentes regiões do Rio Grande do Sul identificou cinco estilos de agricultura familiar, característicos dos contextos analisados e das suas respectivas dinâmicas de desenvolvimento rural: (a) agricultura familiar altamente descapitalizada e economicamente vulnerável; (b) agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada; (c) agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente de transferências sociais; (d) agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de *commodities*; (e) agricultura familiar diversificada e altamente capitalizada.⁴ Segundo o autor, a identificação e a caracterização desses grupos homogêneos fortalece a percepção de que a diversidade da agricultura familiar e as dinâmicas regionais de desenvolvimento rural são aspectos complementares que precisam ser analisados de modo integrado (Conterato, Schneider e Waquil, 2010). Em regiões onde o padrão ou modelo agrícola de desenvolvimento é hegemônico, a agricultura familiar viabiliza-se através da especialização produtiva com base em *commodities*, acompanhado ainda de um padrão tecnológico socialmente excludente e de um sistema de crédito rural que tende a reforçar a assimetria que rege as relações entre os agricultores e os grandes conglomerados agroalimentares mundiais. Em outros casos, a diversidade advém dos mecanismos acionados pelos agricultores familiares para se distanciarem, tanto quanto for possível, das situações de risco, de fragilidade e de vulnerabilidade a que estão expostos.

Uma abordagem similar foi desenvolvida por Commandeur (2003) no contexto da agricultura europeia. Neste caso, contudo, a autora busca justamente complementar a análise fatorial, centrada em dimensões de uma microeconomia chayanoviana das unidades de produção, com técnicas de investigação qualitativa que exploram dimensões comportamentais e representações subjetivas, sem necessariamente integrá-las em uma matriz de variáveis

⁴ A pesquisa de Escher (2011), da mesma forma, também identificou cinco estilos de agricultura familiar.

quantificáveis. A abordagem procura definir estilos de agricultura a partir das correlações entre dados quantitativos relativos, por exemplo, a produtividade, intensidade e escala de produção, e uma série de informações recolhidas em questionários semiestruturados e entrevistas abertas nos quais os agricultores são demandados a responder questões acerca da estruturação das práticas agrícolas, formas de integração mercantil, lógicas de organização dos processos de trabalho e representações acerca de sua condição de vida e expectativas futuras.

A rigor, esta proposição envolve três momentos distintos. Primeiro, parte-se de um conjunto de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar aspectos relevantes para identificação dos estilos. A partir dos discursos dos agricultores é identificado um conjunto de características que permite ao pesquisador estabelecer categorias representacionais associadas a distintos parâmetros de classificação. Com isso a autora define quatro estilos de suinocultores identificados por uma “categoria metafórica” que expressa uma imagem representacional: *entrepreneurship*, *craftsmanship*, *inheritorship* e *tendership*. O segundo momento envolve a construção de parâmetros quantitativos de tipificação, os quais derivam em indicadores numéricos e que servem de base para a formulação de questionários estruturados. Neste caso, a análise fatorial resultou em cinco grupos assim nomeados pela pesquisadora: *entrepreneur*, *craftsman*, *steward*, *stockman* e *shifter*. Finalmente, há um esforço de comparação entre as metodologias, o qual não visa definir uma terceira tipologia integradora das anteriores, mas identificar os fatores que se destacam na diferenciação dos estilos de agricultura. Segundo Commandeur (2003), no caso analisado os fatores determinantes da diferenciação revelaram-se, por um lado, o nível de ambição e racionalidade dos suinocultores e, por outro, a capacidade e aptidão dos mesmos. Outros fatores com relevância foram os níveis de produtividade e as formas de gestão dos processos produtivos. Note-se, portanto, que o objetivo não reside na identificação dos estilos como um fim em si mesmo, mas no uso da metodologia para identificar fatores de diferenciação social.

Os estudos acima referidos seguramente não esgotam as referências acerca das inúmeras possibilidades metodológicas para o escrutínio dos estilos de agricultura, haja vista inclusive a recente proliferação das pesquisas que lançam mão desse referencial. Mas eles exemplificam três diferentes entradas analíticas que têm sido utilizadas com alguma frequência, a saber: (a) as estratégias reprodutivas como elementos definidores de padrões de desenvolvimento que formatam diferentes estilos; (b) os discursos representacionais dos agricultores enquanto expressões do modo como eles mesmos identificam diferentes estilos; (c) e indicadores quanti e qualitativos da estruturação dos processos de

produção que permitem identificar grupos coerentes de unidades de produção. O principal desafio desses estudos torna-se integrar esses instrumentos em um único corpo analítico (incumbência que poderia ser facilmente remetida a debates mais amplos e controversos da teoria sociológica) ou, o que tem sido mais recorrente, utilizá-los simultaneamente de modo a explorar aspectos de complementaridade que permitam abarcar os elementos definidores de um estilo de agricultura: um conjunto de valores e ideias normativas, práticas e formas de estruturação dos processos produtivos e os mecanismos de inserção nos mercados.

Considerações finais

Em trabalho recente, Navarro e Pedroso (2011) discutem os limites de um conjunto de proposições normativas e teórico-metodológicas para a compreensão da diversidade da agricultura brasileira. Segundo os autores, tendo em vista os limites das categorias normativas usuais, torna-se cada vez mais relevante “discutir as possibilidades de interpretação acerca dos diversos e distintos coletivos sociais rurais separáveis por parâmetros socioeconômicos ou por identidades socioculturais existentes no mundo rural” (Navarro e Pedroso, 2011, p. 128). A constatação do trabalho é, contudo, pouco animadora no que tange aos efetivos esforços que vêm sendo desenvolvidos nesse sentido: “Se examinados os anos mais recentes, talvez cobrindo as duas últimas décadas, esse grande campo analítico das ciências sociais continua inexplorado, e praticamente nenhum aporte inovador foi oferecido, pouco se conhecendo sobre a estrutura social em regiões rurais, a não ser a partir de fatos episódicos e assistemáticos” (Navarro e Pedroso, 2011, p. 134). Menos animadora ainda é a síntese da discussão, na medida em que a crítica dirigida às abordagens existentes não é acompanhada de uma proposição inovadora para entender os fatores que determinam a evolução das hierarquias sociais resultantes dos processos de diferenciação social no meio rural.

Dentre as abordagens criticadas pelos autores, atenção particular é dedicada àquela relacionada aos “estilos de agricultura”, apresentada como o resultado de “uma ideia demasiadamente genérica”, decorrente de “uma noção pouco feliz e mais retórica do que operacional”, que conduz, assim como a abordagem dos sistemas agrários, a “uma tipologia estática”. De outro modo, somos levados a reconhecer a existência de esforços empreendidos nas duas últimas décadas no aprimoramento de uma abordagem que, originada a partir de uma noção genérica, aprimorou seu ferramental de modo a emprestar aos

estudiosos instrumentais metodológicos para análise da heterogeneidade do mundo rural, como ilustram os estudos acima referenciados. Mas isso também nos leva a reconhecer os limites dessa abordagem. O principal deles é, em alguma medida, decorrência do seu próprio sucesso, qual seja: a profusão de métodos e técnicas de investigação que abarcam apenas parcialmente as realidades sociais, de forma mais dinâmica ou estática, mas frequentemente desconectados.

De todo modo, enquanto aguardamos soluções inovadoras para captar a diversidade do mundo real, a abordagem mostra-se promissora, sobretudo na medida em que tem permitido aos pesquisadores chamar atenção para fatores geralmente negligenciados em outras abordagens. Ao invés de um foco em variáveis econômicas tradicionais como produção e produtividade dos fatores, essa abordagem sugere voltar a atenção não para os resultados, mas para os processos e formas de organização das práticas produtivas e da vida social no meio rural, integrando ainda o repertório de valores e representações que definem uma estruturação específica para as relações sociais e econômicas. Assim, elementos institucionais e culturais adentram ao somatório dos critérios utilizados para distinguir e classificar as formas sociais de agricultura. Ao fim e ao cabo, mais importante do que a tipologia em si (que pode facilmente conduzir a novas reificações), a principal virtude dessa abordagem é explorar os fatores que produzem a diversidade do meio rural.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALVES, E.; ROCHA, D. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.
- BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 4, p. 420-444, 1979.
- _____. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 11-28, dec. 1986.
- BRODT, S.; KLONSKY, K.; TOURTE, L. Farmer goals and management styles: implications for advancing biologically based agriculture. *Agricultural Systems*, v. 89, n. 1, p. 90-105, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. 1.ed. Brasília: IPEA, 2010, p. 123-153.

BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE JÚNIOR, G. W. *The sociology of agriculture*. New York: Greenwood Press, 1991.

COMMANDEUR, M. *Styles of pig farming: a techno-sociological inquiry of processes and constructions in twente and the achterhoek*. Wageningen: Wageningen University, 2003.

CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Ensaios FEE*, v. 31, p. 149-186, 2010.

ESCHER, F. *Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FAIRWEATHER, J. R.; KEATING, C. Goals and management styles of New Zealand farmers. *Agricultural Systems*, v. 44, n. 2, p. 181-200, 1994.

FAIRWEATHER, J. R.; KLONSKY, K. Response to Vanclay et al. on farming styles: Q Methodology for identifying styles and its relevance to extension. *Sociologia Ruralis*, v. 49, n. 2, 2009.

FRIEDMANN, H. World market, state, and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545- 586, Oct. 1978a.

_____. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978b.

_____. Patriarchal commodity production. *Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 47-55, dec. 1986.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Das lavouras às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFFRJ, 2012.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DISABATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, p. 351-370, 2012.

HOFSTEE, E. W. *The causes of diversity in dutch agriculture*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1946.

HOWDEN, P; VANCLAY, F. Mythologisation of farming styles in Australian broadacre cropping. *Rural Sociology*, v. 65, n. 2, p. 109-25, jun. 2000.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- KAYSER, B. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. *Sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos de natureza multisetorial: análise do Programa Territórios da Cidadania*. 2010. (Relatório de pesquisa).
- LÊNIN, V. I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: CIESA, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a re-constitution of the concept of structure. In: BOOTH, David. (Ed.). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. London: Longman, 1994, p. 62-90.
- MANN, S. A. *Agrarian capitalism in theory and practice*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990.
- MANN, S. A.; DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.
- MARX, K. *O Capital: o processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Livro 3, v.4-v.6.
- _____. *O capital: o processo global de acumulação capitalista*. São Paulo: Difel, 1982.
- MOONEY, P. *My own boss? Class, rationality and family farm*. London: Westview, 1988.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Brasília: Embrapa, 2011.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. dos R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Brasília: FGV, 2012.
- NEVES, D. P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. *Ciências Sociais Hoje*, p. 87-132, 1985.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PICOLOTTO, E. L. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, p. 158-167, 2012.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992, p. 153-195.
- _____. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.
- _____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N. A. (Ed.). *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

_____. *Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 15-58.

SANTOS, G. R. dos; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Heterogeneidade estrutural na agricultura brasileira: elementos estruturais e dinâmicos da trajetória produtiva recente*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1740).

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 2, 1997, p. 225-238.

_____. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, p. 379-405, 2010.

STEPHENSON, W. *The study of behavior: Q technique and its methodology*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

VANCLAY, F. et al. The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 46, n. 1, p. 61-82, 2006.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WHATMORE, S. Farm household strategies and styles of farming: assessing the utility of farm typologies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N. A. (Ed.). *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 32-37.